

Novos paradigmas para a sociedade do Bem Viver

A contribuição da rede Justiça nos Trilhos

da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e da rede Iglesias y Minería

Nossas articulações existem para assessorar as comunidades impactadas por mineração, em esferas territoriais diferentes e com atores complementares.

Justiça nos Trilhos atua em nível local, ao longo do Corredor de Carajás (900 Km de extensão, abrangendo 27 municípios nos estados brasileiros de Pará e Maranhão, com cerca de 100 comunidades camponesas, urbanas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas).

A Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AVs) atua em nível internacional (Brasil, Peru, Colômbia, Canadá, Moçambique, Malásia, Nova Caledônia, Indonésia e outros países), organizando entre si comunidades, entidades e movimentos que resistem às violações provocadas por uma mesma empresa mineradora, a Vale S.A.

A rede ecuménica Iglesias y Minería atua em nível latino-americano, com as comunidades e os atores de diversas igrejas cristãs, com abertura a grupos inspirados por outras espiritualidades, buscando fortalecer o enfrentamento à mineração a partir da fé e da mística dos povos e das comunidades.

Esse enfrentamento multiescalar, realizado a partir de aproximações metodológicas e de campos de atuação diferentes e complementares, já nos parece um paradigma interessante a ser potencializado e ajudado criticamente a amadurecer em suas estratégias.

Entre as estratégias mais interessantes em nível local, da rede Justiça nos Trilhos, destacamos a intuição de articular entre si comunidades distantes, atravessadas pelo longo Corredor de Carajás e a infraestrutura invasiva para escoamento do minério de ferro (sistema mina-ferrovia-porto). Essas comunidades vivem atingidas pelo ciclo de mineração e siderurgia, mas estando isoladas entre si custam a construir ações de enfrentamento coletivo a esse modelo imposto desde fora, que busca afirmar-se cada vez mais como exclusivo e sem alternativas.

O trabalho da rede Justiça nos Trilhos, além de assessorar formas de resistências locais, baseia-se muito na construção de uma compreensão crítica coletiva, na educação popular fundada no intercâmbio de experiências e na aliança entre atingidos.

As ações mais significativas, nesse sentido, são a realização de encontros regionais dos atingidos e atingidas, a promoção de espaços de debate e definição de estratégias junto às juventudes e a facilitação de processos de agregação das mulheres, compreendendo a resistência à mineração a partir dos impactos específicos por elas sofridos e de sua forte inspiração no coração das comunidades.

O método de trabalho para compreender e aprofundar junto às comunidades os impactos negativos que estão sofrendo inspira-se ao “Human Rights Impact Assessment”, uma metodologia já aplicada em alguns casos no trabalho de JnT (cf. a pesquisa que redundou no relatório realizado por nossa equipe em colaboração com a ONG Justiça Global e a Federação Internacional dos Direitos Humanos em 2011). Observamos a eficácia dessa metodologia quanto à análise e denúncia das violações dos direitos humanos e para identificarmos, junto com as próprias pessoas e comunidades que sofrem as violações, os direitos garantidos, as violações, os responsáveis e os respectivos remédios, ao formularmos as recomendações.

¹ “Brasil: quanto valem os Direitos Humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia em Açailândia” (FIDH, 2011):

<http://justicanostrilhos.org/2014/05/26/relatorio-fidh-quanto-valem-os-direitos-humanos/> .

Do ponto de vista jurídico, trabalhamos investindo na participação direta, prévia, livre e informada das pessoas nas decisões que em um trabalho jurídico tradicional seriam tomadas apenas pelo(a) advogado(a). No nosso caso, as pessoas interessadas atuam na definição sobre a estratégia jurídica a ser adotada, nos pedidos a serem apresentados e nas medidas a serem tomadas após cada decisão importante no processo. Fazem parte desse processo também as ações populares de protesto e as reportagens de denúncia que reforcem as reivindicações das comunidades ou pessoas que sofreram violações.

O enfrentamento jurídico não se refere somente a casos específicos, mas busca enfrentar as causas estruturais que em nível regional estão gerando uma série de violações similares e frequentemente repetidas ao longo do tempo e em diversas comunidades do território.

Por exemplo: junto com o acompanhamento pontual de alguns casos paradigmáticos de mortes de pessoas por atropelamentos frequentes provocados pelos trens de minério ao passar incessantemente através das comunidades, a rede Justiça nos Trilhos propôs e está ativamente acompanhando ações jurídicas (em vários casos Ações Civis Públicas) para garantir segurança nas travessias, medidas de proteção e monitoramento do acesso à ferrovia, e sobretudo infraestruturas adequadas para as comunidades (viadutos, passarelas, túneis em todos os caminhos que as comunidades estão utilizando). A mesma estratégia se aplica para conflitos ligados à poluição sonora, às rachaduras nas casas provocadas pelas trepidações na passagem dos vagões, pelas remoções forçadas de casas e famílias em função da duplicação da ferrovia: JnT associa ações jurídicas pontuais a ações coletivas de reivindicação do direito de todas as comunidades ao longo dos trilhos.

Desde um ponto de vista geográfico mais amplo, destacamos a estratégia significativa da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale focar nos conflitos provocados por uma mesma empresa em diversos países e comunidades do mundo.

Isso mostra a existência de padrões diferentes de respeito dos direitos humanos das populações locais, frequentemente associado à maior ou menor força política dos governos dos diversos países.

Os AVs sistematizam suas análises e suas críticas à empresa através de “Relatórios Sombra”, que se opõem aos relatórios anuais de sustentabilidade que a Vale S.A. publica conforme as diretrizes de pactos internacionais como o *Global Compact* ou os paradigmas mínimos de respeito dos direitos humanos definidos pelo *International Council on Mining and Metals* (ICMM). Os relatórios sombra dos AVs demonstram que os relatórios oficiais frequentemente omitem ou disfarçam informações, contradizendo vários princípios de sustentabilidade, eticidade e respeito primordial à vida proclamados oficialmente pela empresa.

Todos os anos, os AVs organizam uma equipe (composta por membros das organizações associadas à articulação e por representantes das comunidades diretamente atingidas) para participar de forma crítica à Assembleia Geral dos Acionistas da Vale. Para isso, vários dos membros dos AVs compraram poucas ações que lhes garantem o direito de participar à Assembleia; preparando-se previamente de forma acurada, manifestam frente aos acionistas os riscos financeiros de investir em ações com forte impacto socioambiental e evidentes violações dos direitos humanos (“risco social”, assim como é definido pela própria nomenclatura empresarial).

Uma ação significativa de incidência dos AVs, junto com outros aliados, é a tentativa de reafirmar a força política acima dos interesses descontrolados da economia multinacional.

Destacamos em particular a participação dos AVs em dois processos, nesse sentido: o amplo comitê de movimentos e organizações que lutam há tempo pela aprovação nas

Nações Unidas de um Tratado Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos² e as pressões para que o Governo do Canadá institua um Ombudman³ imparcial e suficientemente empoderado para investigar as violações das mineradoras canadenses em outros países (especialmente em nosso continente latino-americano).

No contexto latino-americano, a rede Iglesias y Minería aborda os mesmos conflitos a partir do viés religioso. De um lado, busca investigar e alimentar a mística que sustenta a resistência das comunidades (recentemente foram realizados no Brasil e no Equador seminários e debates sobre ecoteologia, pondo-se à escuta dos povos indígenas e das comunidades tradicionais⁴); do outro lado, visa monitorar e reagir à estratégia de sedução das grandes empresas mineradoras, que amadureceram mecanismos de cada vez maior aproximação às instituições das igrejas para buscar nelas mediadoras para os conflitos que existem junto às comunidades.

Nesse sentido, IyM tem um papel de articulação ‘horizontal’, entre as comunidades atingidas, fortalecendo nelas especialmente a dimensão da fé e o vínculo local com alguma organização religiosa; mas tem também uma atuação ‘vertical’, buscando incidência nas diversas esferas das igrejas e relacionando-se constantemente com as conferências episcopais nacionais, a Conferência Episcopal Latinoamericana (CELAM), o Consejo Latino Americano de Iglesias (CLAI) e o Dicasterio para o desenvolvimento Humano Integral, no Vaticano.

Pe. Dário Bossi

4 de fevereiro de 2018

Contatos

www.justicanostrilhos.org

<https://atingidospelavale.wordpress.com/>

www.iglesiasymineria.org

padredario@gmail.com

² Para maiores informações, ver aqui: <https://treatyalliance.squarespace.com/declaracion/> .

³ Para maiores informações e aprofundamento sobre nossa posição, ver esse artigo publicado no Catholic Register: <https://www.catholicregister.org/item/26707-new-mining-ombudsperson-greeted-with-guarded-optimism>.

⁴ Para aprofundamentos, veja-se esse artigo que sintetiza as reflexões realizadas no seminário de Mariana-MG, em novembro de 2017: <http://iglesiasymineria.org/2017/11/15/ecoteologia-e-mineracao-espiritualidades-resistencia-e-alternativas-em-defesa-dos-territorios/> .